

Aula 03

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Administrativo - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Tulio Lages

23 de Junho de 2025

Índice

1) Questões Estratégicas - Organização Administrativa - Instituto AOCF - Médio	3
2) Questionário de Revisão - Organização Administrativa	11
3) Referências Bibliográficas	15



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1. (Instituto AOCP/2022/FUNDASE-RN/Agente Socioeducativo) No que concerne às autarquias, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma de suas características.

- a) Possuem personalidade jurídica de direito privado;
- b) Integram a administração direta do respectivo ente federado;
- c) Têm sua criação autorizada por resolução do Congresso Nacional;
- d) Desenvolvem atividade típica de Estado;
- e) São entes despersonalizados.

Comentários

A definição de autarquia é trazida no inciso I do artigo 5º do Decreto-Lei 200/1967:

Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:

I - Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

Vamos agora analisar as alternativas:

Letra A - **incorreta**. A personalidade das autarquias é de direito público.



Letra B - **incorreta**. Elas integram a administração indireta do ente federado, conforme inciso II do artigo 4º do Decreto-Lei 200/1967:

Art. 4º A Administração Federal compreende:

(...)

II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:

a) Autarquias;

Letra C - **incorreta**. Sua criação é via lei, e não autorização do Congresso Nacional como afirma a alternativa.

Letra D - **correta**. Está correta a alternativa, já que executa atividades típicas da Administração Pública.

Letra E - **incorreta**. Como dito na alternativa A, elas possuem personalidade jurídica de direito público, logo não são despersonalizados.

Gabarito: Letra D.

2. (Instituto AOCP/2022/TRT-19/Técnico Judiciário - Administrativa) Considere que o Estado de Alagoas criou uma empresa pública para a prestação de determinado serviço público.

Nesse caso, é correto afirmar que a referida empresa estatal

- a) ostenta personalidade jurídica de direito público e integra a Administração Pública indireta do referido Estado.
- b) foi criada por lei e seu capital social é integralmente público.
- c) foi constituída, obrigatoriamente, sob a forma de sociedade anônima.
- d) teve sua criação autorizada por lei e seus agentes públicos são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- e) possui personalidade jurídica de direito privado, razão pela qual não se submete à responsabilidade civil objetiva pelos danos causados por seus agentes.

Comentários



Vamos analisar as alternativas:

Letra A - **incorreta**. A sua personalidade é de direito privado.

Letra B - **incorreta**. A sua criação é autorizada por lei.

Letra C - **incorreta**. São as sociedades de economia mista que devem ser constituídas obrigatoriamente sob a forma de sociedade anônima, não havendo exigência de forma específica para as empresas públicas, conforme Lei nº 13.303/2016:

Art. 3º Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

Parágrafo único. Desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, será admitida, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

*Art. 4º **Sociedade de economia mista** é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, **sob a forma de sociedade anônima**, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.*

Letra D - **correta**. A afirmativa está correta, já que a criação da empresa pública é autorizada por lei e seu pessoal é regido pelo regime trabalhista comum (celetista, regido pela CLT), de emprego público, com vínculo de natureza contratual, sem previsão de estabilidade, embora seja necessária a devida motivação para eventuais atos de demissão.

Letra E - **incorreta**. A responsabilidade civil objetiva também inclui as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, conforme § 6º do artigo 37 da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

*§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de **direito privado prestadoras de serviços públicos** responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.*



Gabarito: Letra D.

3. (Instituto AOCP/2022/Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul/Assistente Previdenciário) Em relação à organização administrativa, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Órgão é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta;
- b) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, nesse último caso, definir as áreas de sua atuação;
- c) São pessoas jurídicas de direito público as autarquias e as empresas públicas;
- d) O consórcio de direito público constitui associação pública e integra a administração indireta, com a natureza de autarquia;
- e) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou à entidade da administração indireta.

Comentários

Vamos analisar as alternativas:

Letra A - **correta**. Essa é a definição de órgão trazida no inciso I do § 2º do artigo 1º da Lei nº 9.784/1999:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.

(...)

§ 2º Para os fins desta Lei, consideram-se:

I - órgão - a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta;

Letra B - **correta**. É o que está previsto no inciso XIX do artigo 37 da Constituição Federal:



Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

Letra C - **incorreta**. As empresas públicas possuem personalidade jurídica de direito privado, conforme inciso II do artigo 5º do Decreto-Lei nº 200/1967:

II - Empresa Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

Letra D - **correta**. O consórcio público integra a administração indireta de todos os entes consorciados, sendo considerado uma autarquia interfederativa, conforme § 1º, do inciso I, do artigo 6º da Lei 11.107/2005:

Art. 6º O consórcio público adquirirá personalidade jurídica:

I – de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções;

(...)

§ 1º O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

Letra E - **correta**. Definição trazida no inciso III do artigo 5º do Decreto-Lei nº 200/1967:

Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:

(...)

III - Sociedade de Economia Mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma



de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.

Gabarito: Letra C.

4. (Instituto AOCP/2024/MPE-PR/Auxiliar Técnico) A Constituição Federal determina que incumbe ao Poder Público, na forma da lei, direta ou indiretamente, a prestação de serviços públicos. Acerca da forma de prestação dos serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- a) A prestação de um serviço público pode ocorrer de forma descentralizada, quando, na estrutura de uma determinada entidade, existam órgãos dotados de competência específica para a prestação daquele serviço.
- b) A prestação de um serviço público pode ocorrer de forma desconcentrada centralizada, quando é realizada por órgãos integrantes da administração direta dotados de competência específica para a prestação do serviço.
- c) A prestação de um serviço público pode ocorrer de forma desconcentrada, quando a pessoa incumbida da sua prestação é uma pessoa diferente do ente federado a que a Constituição Federal atribui a titularidade do serviço.
- d) São exemplos de serviços públicos descentralizados prestados pela administração direta a coleta e a gestão de resíduos sólidos, quando executadas diretamente pelos órgãos municipais.
- e) Na hipótese da denominada desconcentração por colaboração, a prestação de um serviço público é atribuída a um particular, isto é, a uma pessoa não integrante da administração pública.

Comentários

Letra A – **incorreta**. Quando ocorre essa divisão interna em órgãos para repartição de competências estamos diante da desconcentração, não da descentralização, na qual o poder central transfere parcela de suas atribuições a outra entidade, a chamada "entidade descentralizada".

Letra B – **correta**. A centralização é o desempenho direto, por parte do Estado, das tarefas a ele incumbidas, por intermédio de órgãos e agentes administrativos que compõem sua estrutura, que pode ocorrer mediante a desconcentração, que é uma técnica administrativa de distribuição interna de atribuições, na qual a entidade (seja ela política ou administrativa) se desmembra em órgãos para melhorar sua organização estrutural com vistas a aprimorar o desempenho.

Letra C – **incorreta**. Aqui estamos diante da descentralização, não da desconcentração.



Letra D – **incorreta**. O exemplo dado é de desconcentração, pois é realizado pela administração direta, por meio de órgãos municipais.

Letra E – **incorreta**. O exemplo dado é da **descentralização por colaboração**, que é a que ocorre quando, por meio de contrato ou ato unilateral - não é necessária a edição de lei formal – o Estado transfere apenas a execução de determinado serviço público a uma pessoa jurídica de direito privado, previamente existente, conservando o Poder Público a titularidade do serviço – o que lhe possibilita exercer um controle mais amplo e rígido que na descentralização por serviço, bem como dispor do serviço de acordo com o interesse público, podendo alterar unilateralmente as condições de sua execução, aplicar sanções ou retomar a execução do serviço antes do prazo estabelecido.

Gabarito: Letra B.

5. (Instituto AOCP/2024/DPE-MS/Técnico de Defensoria) Em relação à administração pública, quais são as principais diferenças entre a administração pública direta e a administração pública indireta?

- a) A administração pública direta é composta por órgãos governamentais, enquanto a administração pública indireta é composta por entidades privadas com fins lucrativos.
- b) A administração pública direta é descentralizada, enquanto a administração pública indireta é centralizada.
- c) A administração pública direta é caracterizada pela descentralização administrativa, enquanto a administração pública indireta é caracterizada pela centralização administrativa.
- d) A administração pública direta não possui personalidade jurídica, enquanto a administração pública indireta possui personalidade jurídica própria.
- e) A administração pública direta é regida por normas específicas, enquanto a administração pública indireta não está sujeita a regulamentação.

Comentários

Inicialmente vamos definir o que é a Administração Pública Direta e Indireta:

Administração Pública Direta: É o conjunto de órgãos que integram as pessoas políticas do Estado (União, Estados, DF e Municípios), aos quais foi atribuída a competência para o exercício de atividades administrativas, de forma centralizada (princípio da centralização).



Administração Pública Indireta: É o conjunto de pessoas jurídicas (desprovidas de autonomia política) que, vinculadas à Administração Direta, têm a competência para o exercício de atividades administrativas, de forma descentralizada.

Vejamos agora as alternativas:

Letra A - **incorreta**. Ainda que dentre as entidades que compõem a Administração Indireta existam aquelas que possam almejar fins lucrativos (empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica), essa não é a regra, já que as autarquias, por exemplo, detêm personalidade jurídica de direito público e executam atividades administrativas do Estado.

Letra B - **incorreta**. A alternativa inverteu os conceitos, já que a Administração Pública Direta atua de forma desconcentrada, por meio de seus diversos órgãos, enquanto é a Administração Pública Indireta que atua de forma descentralizada, já que são entidades criadas para executarem serviços delegados do Estado.

Letra C - **incorreta**. Ao contrário, a Administração Pública Direta é caracterizada pela desconcentração, enquanto a Administração Pública Indireta é caracterizada pela descentralização.

Letra D - **correta**. A afirmativa está correta, já que os órgãos que compõem a Administração Direta não possuem personalidade jurídica, enquanto as entidades da Administração Pública Indireta possuem personalidade jurídica de direito privado ou público, a depender de que tipo de entidade estamos analisando.

Letra E - **incorreta**. A Administração Pública Indireta também se sujeita ao regime de direito público, conforme artigo 37 da CF/88:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Gabarito: Letra D.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas

1. Qual a diferença entre órgão e entidade?
2. O que é a desconcentração da atividade administrativa?
3. O que os processos de descentralização e de desconcentração possuem em comum?
4. Qual o conceito de Administração Direta?
5. Qual a composição da Administração Direta?
6. Como se dá a criação e a extinção de órgãos da Administração Direta?
7. Qual o conceito de Administração Indireta?
8. Qual a ideia subjacente à descentralização administrativa?
9. Quais os principais pontos em comum entre as entidades da Administração Indireta?
10. O que caracteriza a supervisão ministerial sobre as entidades da administração indireta?
11. Como se dá a criação e a extinção das autarquias?
12. Quando ocorre o início da personalidade jurídica das autarquias?
13. Qual a natureza jurídica das atividades desempenhadas pelas autarquias?
14. O que são autarquias de regime especial?
15. Qual diferença entre uma autarquia e uma fundação autárquica?
16. Como se dá a instituição e a extinção das fundações públicas?
17. Qual o conceito de empresa pública?
18. Qual o conceito de sociedade de economia mista?

Perguntas com respostas

1. Qual a diferença entre órgão e entidade?

Basicamente, a entidade possui personalidade jurídica própria, enquanto o órgão não (é um elemento despersonalizado).

2. O que é a desconcentração da atividade administrativa?

É uma técnica administrativa de distribuição interna de atribuições, na qual a entidade se desmembra em órgãos para melhorar sua organização estrutural com vistas a aprimorar o desempenho.



A atividade administrativa continua sendo exercida pela mesma pessoa jurídica, já que o órgão resultante da desconcentração é desprovido de personalidade jurídica própria.

O órgão resultante da desconcentração se subordina aos órgãos de maior hierarquia na estrutura organizacional.

3. O que os processos de descentralização e de desconcentração possuem em comum?

Ambos possuem fisionomia ampliativa, pois importam na repartição de atribuições.

4. Qual o conceito de Administração Direta?

É o conjunto de órgãos que integram as pessoas políticas do Estado (União, Estados, DF e Municípios), aos quais foi atribuída a competência para o exercício de atividades administrativas, de forma centralizada.

5. Qual a composição da Administração Direta?

A Administração Direta Federal é composta pelos “serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios” (art. 4º, inciso I do Decreto Lei 200/1967).

É importante destacar que compõem, ainda, a Administração Direta da União os órgãos dos demais Poderes e do Ministério Público pertencentes à esfera federal.

Nas esferas estadual, distrital e municipal, deve ser observado a simetria com a esfera federal (lembrando que nos Municípios não há Poder Judiciário nem Ministério Público próprio).

6. Como se dá a criação e a extinção de órgãos da Administração Direta?

Por meio de lei em sentido formal.

Na verdade, especificamente no âmbito do Poder Legislativo, o autor José dos Santos Carvalho Filho entende que a criação e a extinção de seus órgãos, bem como as normas sobre sua organização e funcionamento não dependem de lei, mas tão somente de atos administrativos praticados pelas respectivas Casas (CF/88, art. 51, IV e art. 52, XIII).

Entretanto, para fins de prova, é recomendável que seja adotado a regra geral de que os órgãos públicos necessitam de lei para serem criados. Somente se o examinador abordar de forma expressa o caso específico do Poder Legislativo, recomendamos ao candidato que considere o entendimento de José dos Santos Carvalho Filho.

7. Qual o conceito de Administração Indireta?

Conjunto de pessoas jurídicas (desprovidas de autonomia política) que, vinculadas à Administração Direta, têm a competência para o exercício de atividades administrativas, de forma descentralizada.

8. Qual a ideia subjacente à descentralização administrativa?



Busca pela eficiência no desempenho das atividades estatais, notadamente em razão da autonomia administrativa, gerencial e financeira, bem como da disponibilidade de pessoal especializado com que contam as entidades da Administração Indireta.

9. Quais os principais pontos em comum entre as entidades da Administração Indireta?

As autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista apresentam três pontos em comum: necessidade de lei específica para serem criadas, personalidade jurídica própria e patrimônio próprio.

Além disso, se submetem ao princípio da especialização (devem ser instituídas para servir a uma finalidade específica).

10. O que caracteriza a supervisão ministerial sobre as entidades da administração indireta?

É o controle finalístico, sem subordinação, realizado pela administração direta sobre a indireta.

11. Como se dá a criação e a extinção das autarquias?

A criação de autarquias depende apenas da edição de uma lei específica (CF/88, art. 37, inciso XIX).

A extinção depende também apenas da edição de uma lei específica, em razão do princípio da simetria das formas jurídicas.

12. Quando ocorre o início da personalidade jurídica das autarquias?

A partir da entrada em vigor da lei específica que cria a autarquia, salvo se esta lei criar outras exigências ou condições.

13. Qual a natureza jurídica das atividades desempenhadas pelas autarquias?

Como regra, atividades próprias e típicas de Estado, sem caráter econômico.

14. O que são autarquias de regime especial?

São autarquias dotadas de independência ainda maior que as demais autarquias, em razão de a lei ter-lhes conferido prerrogativas específicas e não aplicáveis às autarquias em geral, como, por exemplo, o mandato fixo e a estabilidade relativa de seus dirigentes.

15. Qual diferença entre uma autarquia e uma fundação autárquica?

A autarquia é um serviço público personificado, enquanto que a fundação autárquica é um patrimônio personalizado, destinado a uma finalidade específica, de interesse social.

16. Como se dá a instituição e a extinção das fundações públicas?

Fundações públicas de direito público: instituição mediante lei específica, iniciando sua personalidade com a entrada em vigor dessa lei; extinção também mediante lei.

Fundações públicas de direito privado: autorizada sua instituição por meio de lei, sendo necessário ainda o registro do ato constitutivo para a aquisição de personalidade jurídica; extinção mediante autorização legal.



17. Qual o conceito de empresa pública?

Pessoa jurídica de direito privado, integrante da Administração Indireta, criada por autorização legal, sob qualquer forma jurídica adequada a sua natureza, com a finalidade de executar atividades de caráter econômico ou, em algumas situações, serviços públicos¹.

18. Qual o conceito de sociedade de economia mista?

Pessoa jurídica de direito privado, integrante da Administração Indireta, criada por autorização legal, sob a forma de sociedade anônima, com controle acionário pertencente ao Poder Público, com a finalidade de executar atividades de caráter econômico ou, em algumas situações, serviços públicos².

¹ Carvalho Filho, 2016, p. 525.

² Idem, ibidem.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.